

© Todos os artigos são de responsabilidade de seus autores.

Do texto ao contexto: história, literatura e educação

Comissão Editorial

CARLA MARIA JUNHO ANASTASIA (UFMG/UNIMONTES)
LEILA ROSE MÁRIE BATISTA DA SILVEIRA MACIEL (IF-SUDESTE/MG)
MÁRCIA SUELI AMANTINO (UNIVERSO/NITERÓI)
MARLY DE ALMEIDA GOMES VIANNA (UFSCAR/UNIVERSO – NITERÓI)
MARIA DE LOURDES ABREU DE OLIVEIRA (UFJF)
PATRÍCIA HELENA FUENTES LIMA
(UNIVERSITY OF NORTH CAROLINA AT CHAPEL HILL, UNC - CH, ESTADOS UNIDOS)
RENATO DA SILVA MELO (UEMG BARBACENA)
VANDA ARANTES DO VALE (UFJF)
WILLIAM VALENTINE REDMOND (CES/JF)

Organização

RODRIGO FIALHO SILVA

Coordenação editorial

PAULO SOARES

Capa, Projeto gráfico e Editoração

NATHÁLIA DUQUE

Revisão

DARLAN LULA
RODRIGO FIALHO SILVA

Ficha catalográfica

SANDRO ALEX BATISTA CRB6/2433

S586d SILVA, Rodrigo Fialho (org.)

Do texto ao contexto: história, literatura e educação / Rodrigo Fialho
Silva (org.). – Barbacena, MG: EdUEMG, 2015.
264 p.

ISBN: 978-85-62578-58-8

1. Literatura 2. Educação. 3. História. 4. Universidade do Estado de
Minas Gerais. I. Título.

CDD:808.07



DO TEXTO AO CONTEXTO: HISTÓRIA, LITERATURA E EDUCAÇÃO

RODRIGO FIALHO SILVA (ORGANIZADOR)

Barbacena
Editora da Universidade do Estado de Minas Gerais
2015

ANTES DO COMPILADOR MINEIRO: CAMINHOS DAS NOTÍCIAS E ENSAIOS IMPRESSOS EM MINAS GERAIS NO CONTEXTO POLÍTICO DA INDEPENDÊNCIA (1821-1822)

RODRIGO FIALHO SILVA*

O PROPÓSITO DE UMA REUNIÃO...

Corria o mês de janeiro de 1822 na Comarca do Serro. Comerciantes, padres, proprietários e políticos se reuniram sob as penas do tenente-coronel Manoel Vieira Couto para discutirem e assinarem uma representação endereçada ao Governo de Minas Gerais. Estavam insatisfeitos por não compartilharem do universo das letras impressas, responsáveis por difundirem as notícias, opiniões e visões de mundo tal como se fazia em outras localidades do Império brasileiro, como no Rio de Janeiro, por exemplo.

O abaixo-assinado¹ solicitava o estabelecimento de uma tipografia na capital de Minas Gerais. O objetivo dos moradores do Arraial do Tijuco era o de reafirmar, oficialmente, a necessidade de impressão nas Minas para “aquisição de conhecimentos públicos”², pois, provavelmente, este assunto se fazia

* Desenvolve pesquisa de pós-doutorado em História pelo PPGH/Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. Doutor em História Política pelo PPGH da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Professor da Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG/ Unidade de Leopoldina e líder do Grupo de Pesquisa “Do texto ao contexto: ensino, política e imprensa”, certificado pelo CNPq da mesma Universidade e Professor do Mestrado em Letras do Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora - CES/JE. O presente texto é parte integrante e modificada do primeiro capítulo de minha Tese de Doutorado, defendida no PPGH da UERJ, em 2011. fialhosilva@gmail.com.

¹ Arquivo Público Mineiro - Casa dos Contos, doravante APM-CC, 10078, cx. 3, Rolo 501, p. 1.

² APM-CC 10078, cx. 3, Rolo 501, p. 1.

presente nas conversas cotidianas e nos encontros pessoais tanto nos espaços públicos, quanto no âmbito privado.

Decidiram então formalizá-lo através de um documento contendo cerca de trinta assinaturas.³ Um ano antes, as Cortes lisboetas haviam decretado a liberdade de imprensa, medida também adotada do lado de cá do Atlântico e endossada por D. João VI. Foi entre os anos de 1821 e 1822 que o Brasil assistiu ao surgimento significativo das tipografias e de periódicos (NEVES, 2003), que se espalharam de Norte a Sul pelas suas províncias, contribuindo para a mobilização de uma opinião pública no Brasil (MOREL, 2005).

A imprensa, mesmo que oficial, se fazia presente na Corte desde 1808, através da publicação e circulação da *Gazeta do Rio de Janeiro* e, em Londres, do *Correio Braziliense*. A partir desta data, o Rio de Janeiro se configura, para a região Centro-sul, como referência política e cultural, onde as relações políticas e econômicas são discutidas, estabelecidas, negociadas e acordadas. Torna-se também a principal referência cultural na América Portuguesa.

Pelos seus portos, além das mercadorias que alimentavam um intenso comércio, as notícias chegavam da metrópole, do restante da Europa e América e das principais cidades coloniais, bem como dos longínquos recantos do Brasil, seja por meio dos periódicos e impressos nacionais e estrangeiros. Rapidamente as informações, bem como ideias, visões de mundo, costumes e debates políticos, veiculados pelos periódicos, passaram a compor os diálogos cotidianos daqueles que estavam mais próximos dos locais de venda, impressão e distribuição dos mesmos (SILVA, 2011).

O Rio de Janeiro era a principal porta de entrada para o Brasil; e, aos poucos, novos hábitos, como os de leitura e escrita impressas, passaram a fazer parte do cenário cultural dos espaços públicos e privados da Corte. A imprensa periódica suscitava discussões e interpretações variadas das notícias, ao mesmo tempo em que aproximava as pessoas e se estreitavam as opiniões entre os diferentes atores sociais em distantes regiões continentais, alcançando circulação de âmbito nacional (MOREL, 2005).

Diferentemente daqueles que tinham que esperar dias e, às vezes, meses para ter em mãos e ler as notícias que tardiamente subiam as serras em direção

3 Documento inédito encontrado no Arquivo Público Mineiro. Este abaixo-assinado demonstra que o desejo em se implementar uma tipografia na capital mineira era compartilhado pelos moradores, em geral, e não foi uma mobilização exclusiva das autoridades mineiras. Por mais que se tenha empenhado no recolhimento das assinaturas, o ato em si deixa subentendida uma discussão preexistente acerca do papel da tipografia e da imprensa, propriamente dita, em Minas Gerais.

à capital e Vilas mineiras, como foi o caso dos inquietos habitantes da Comarca do Serro, aqueles que estavam na Corte tinham a vantagem de manter um contato mais próximo com o mundo das letras impressas.

Ao longo dos argumentos expostos no documento, advertiam ao Governo provincial a necessidade de se estabelecer o mais rápido possível uma tipografia em Ouro Preto para que se pudesse reimprimir e espalhar as notícias políticas “e juntamente as vigilantes, bem tornadas resoluções de V. Ex^a. a benefício da causa pública”.⁴ Caso fossem atendidos, justificavam que todos poderiam se beneficiar dos melhoramentos que uma tipografia poderia trazer.

Os subscritores entendiam que somente pela “reprodução de papéis”, leiam-se notícias, gradualmente a Província iria adquirir a civilização e a instrução que faltavam aos mineiros. Interessante observar que não tratavam de instrução apenas para benefício próprio, mas sim se preocupavam com a difusão das ideias e sua propagação pelos diferentes espaços mineiros, ao mencionarem a Província como um todo.

Proferiam também que a falta de instrução em nada se associava com algum tipo de incapacidade ou “impossibilidade moral”⁵, pois, graças ao “Onnipotente”⁶, isto não lhes carecia, mas, por outro lado, a defasagem nos conhecimentos se devia à ineficiência do sistema de entrega das correspondências, ou, em suas palavras, dos “correios”⁷, pois muitas correspondências particulares e públicas, inclusive os próprios periódicos vindos da Corte, demoravam muito para chegar até o Arraial do Tijuco, quicá em outros arraiais e vilas mineiras.

CAMINHOS DAS NOTÍCIAS GERAIS NAS MINAS...

A circulação dos periódicos nas Minas seguia os itinerários traçados há tempos e zigzagueava por entre as serras e morros da Província. Os periódicos eram transportados, juntamente com outras “mercadorias”, por antigas rotas de comércio. Renato Venâncio salienta que, no início do processo de colonização mineira, “os esforços foram concentrados na criação de caminhos que possibilitassem os fluxos de mercadorias e de metal precioso entre o litoral e a região compreendida entre São João del-Rei, Vila Rica, Vila do Carmo, Sabará e, posteriormente, o Tejuco” (1999, p. 182). Numa perspectiva da longa duração, o

4 APM, CC 10078, cx. 3, Rolo 501, p. 1.

5 APM, CC 10078, cx. 3, Rolo 501, p. 1.

6 APM, CC 10078, cx. 3, Rolo 501, p. 1.

7 APM, CC 10078, cx. 3, Rolo 501, p. 1.

autor analisa o Códice Costa Matoso e desvela os variados itinerários entre o Rio de Janeiro e Minas Gerais, desde o início da colonização da capitania.

Conforme o autor; “a jornada do Rio às Minas dividia-se em várias etapas. O ponto de partida era a cidade do Rio de Janeiro, de onde parte-se de lancha e se entra pelo rio Iguaçu, e em uma maré se chega ao sítio do Pilar; e daqui em canoa pelo rio acima se vai ao couro” (1999, p. 182).

Ao saírem do Rio de Janeiro, o maior obstáculo dos tropeiros seria transpor a Serra do Mar, cujas dificuldades encontradas poderiam causar prejuízo aos comerciantes e aos próprios tropeiros, que ficavam suscetíveis aos ataques de bandidos e nativos que rondavam o caminho. Do topo da Serra, na atual região de Miguel Pereira e Paty do Alferes, seguiam em direção a Juiz de Fora e de lá partiam para Vila Rica. Este percurso durava cerca de um mês, e o calendário de correspondências que chegavam até Minas, exposto pelos assinantes do abaixo-assinado, demonstra que, ao longo do trajeto, existiam vários pontos de recebimento e distribuição de correspondências e impressos, bem como pequenas encomendas.

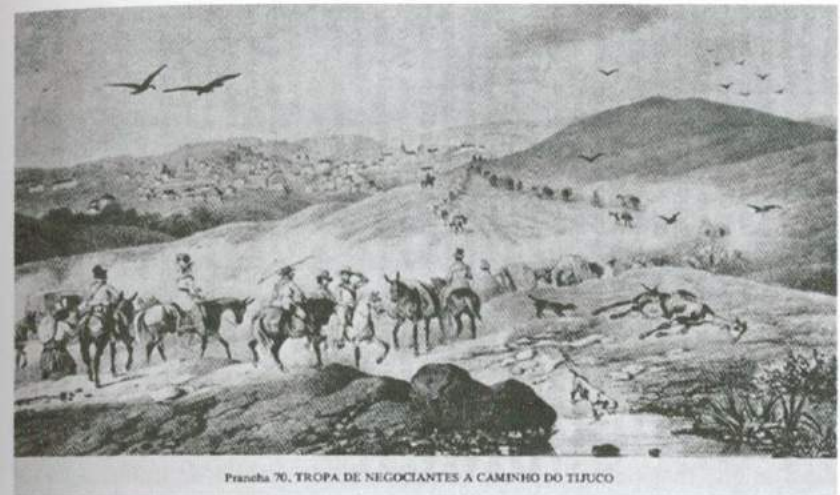
As fontes sobre o percurso dos pontos de entrega e recebimento dos correios são escassas. Baseamo-nos em um mapa datado de 1866⁸, que traça o caminho dos correios na província mineira, para tentar vislumbrar o itinerário por onde circulavam os periódicos em Minas. A legenda existente no mapa evidencia os pontos de coletas e recebimentos das correspondências, o que facilita a sua compreensão. Geralmente, os pontos de coletas situavam-se nas cidades e, segundo Marcos Rodarte, “o correio tendia a ser mais regular à medida que se tratava das áreas mais centrais de Minas e da sua principal linha: Ouro Preto - Rio de Janeiro” (1999, p. 67).

Os periódicos e as correspondências, em geral, saíam do Rio de Janeiro, passando pela Ponte do Parahybuna, em direção a Juiz de Fora. De lá, seguiam para Barbacena, passando pela Vila de Chapéu d’Uvas e João Gomes. Em Barbacena, a linha se desmembrava em duas: uma em direção a São José e São João del-Rei e outra se destinava para Ouro Preto. Da capital, partiam várias linhas para cidades e vilas próximas de Mariana e Congonhas. Neste ponto, a linha dos correios bifurcava-se igualmente e, de Mariana, seguia-se para a cidade do Serro e Diamantina; esta última, antigo Arraial do Tijuco.

Na Província, o órgão central e responsável pela distribuição das correspondências era a Administração Geral dos Correios, sediada na capital. De Ouro Preto, eram distribuídas para as agências, ou seja, pontos de recebimentos. O serviço de distribuição entre vilas e cidades estava, geralmente, a cargo

8 APM, OP (Obras Públicas), Rolo 013, p. 1.

da iniciativa privada, e os malotes eram transportados de várias maneiras. O transporte era realizado a cavalo e a pé, dependendo da movimentação e estado de conservação dos caminhos, ou “linhas”, e contava ainda com o auxílio de mulas, sendo conhecido e chamado de cargueiros.



Tropa de negociantes a caminho do Tijuco

Fonte: RUGENDAS, João Maurício. Viagem pitoresca ao redor do Brasil. 8. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979. p. 175. Prancha 70.

Os encarregados pelo traslado de uma agência a outra eram denominados de “pedestres” ou “estafetas”, assim identificados pela forma como efetuavam o trabalho: a pé ou a cavalo, respectivamente. Na província mineira, a distribuição era entre as vilas e cidades, e não feita diretamente nas residências. Saíam três vezes por mês de cada vila ou cidade em direção à capital e vice-versa.

Como a distribuição não era feita no domicílio, ou diretamente nos “fogos”, para usar uma expressão da época, existia uma maneira bastante prática de avisar a população local quando da chegada das cartas, encomendas, documentos e, principalmente, dos periódicos: lançavam-se foguetes na própria agência.

Pela leitura do abaixo-assinado, é possível perceber que os periódicos chegavam, como as correspondências em geral, pelo mesmo sistema, pois não sem razão reclamavam dos frequentes atrasos provocados pela precária distribuição dos correios. Por isso, gostariam que as entregas “por via de Correios se torne activa e menos abusiva e que se faça tão regular”.⁹

9 APM, CC 10018, cx. 3, Rolo 501, p. 1.

De acordo com os argumentos contidos no abaixo-assinado, existia uma regularidade a ser cumprida entre o Rio de Janeiro e Ouro Preto, ou seja, as correspondências tinham datas estabelecidas para saírem e atingirem seus destinos. De acordo com os moradores do Tijuco, suas encomendas chegavam a Ouro Preto três vezes por mês em malas lacradas e, da capital, eram distribuídas para o restante da Província.

Cartas, ofícios, livros, folhas avulsas e periódicos tinham dias certos para chegarem ao destino, ou seja, na capital de Minas. Deveriam chegar todos os dias seis, dezesseis e vinte e seis de cada mês, ou seja, de dez em dez dias, respeitando certa regularidade. Irritados ficavam os moradores do Tijuco, pois, antes de chegarem ao Arraial, as malas que continham as encomendas eram abertas anteriormente em outras vilas, como Sabará e Vila do Príncipe, seguindo o itinerário prescrito.

No entanto, recebiam com certo atraso, pois, ao saírem da capital para as demais localidades, os “pedestres” ou “estafetas” perdiam alguns dias, por conta do tempo ruim ou algumas contingências pelos caminhos, prejudicando os destinatários. Insatisfeitos, também reclamavam dos tributos cobrados pela entrada de livros e periódicos na Província, por isso pediam às autoridades mineiras que “hajão de alliviar de qualquer tributo de entrada todos os livros e Papéis públicos”.¹⁰ Antes da data deste abaixo-assinado, sabia-se, por “ouvir dizer” e “ser voz pública”, que o Governo mineiro estava se esforçando para implementar uma tipografia na capital. Talvez, por isso, o expediente da “Boa Sociedade” do Tijuco em enviar-lhe um documento público para reafirmar a necessidade e, de certa forma, agilizar a sua criação.

Paralelo às notícias que se espalhavam por Minas, sabia-se, todavia, do esforço de alguns particulares em estabelecer uma oficina tipográfica na capital. Os primeiros passos em direção à impressão nas Gerais se deram anos antes, quando o Brasil ainda estava na condição de colônia, pelas iniciativas e curiosidade de dedicados estudiosos da arte tipográfica, muitos dos quais tiveram contato com essa arte enquanto estudavam em Lisboa, como veremos em seguida.

PRECURSORES DA ARTE IMPRESSA EM MINAS GERAIS...

Ao longo da história mineira, verifica-se que muitos foram os filhos de famílias abastadas que cruzaram o Atlântico com destino à complementação dos estudos nas Universidades europeias. Além de centro das decisões acerca do destino do Brasil, Portugal desponta também como cerne de formação das

¹⁰ APM, CC 10078, cx. 3, Rolo 501, p. 1.

elites mineiras. Estas enviavam os seus filhos e parentes para complementar os estudos na tradicional Universidade de Coimbra, responsável por formar os magistrados que compunham o corpo burocrático e administrativo na América Portuguesa (VALADARES, 2000).

Porém, nem todos aqueles que para o outro lado do Atlântico se deslocaram em busca de conhecimento tiveram a mesma sorte de compor o universo familiar e de convívio dos “homens bons” da capitania e, posteriormente, da província mineira. Por contingências da vida, o esforço pessoal impulsionou aqueles que, sem posses, quiseram se enveredar pelo mundo das letras e da academia. Esse foi o caso de José Joaquim Viegas de Menezes (VEIGA, 1898). Nascido em Ouro Preto no ano de 1778, Viegas de Menezes foi alfabetizado com 11 anos de idade e prosseguiu nos estudos no arraial de Sumidouro, município da cidade Episcopal de Mariana (VEIGA, 1898).

De acordo com Veiga (1898), lá se matriculou e estudou em um colégio particular dirigido pelo padre Joaquim da Cunha Osório, conhecido letrado das Minas. Coursou língua latina e poética e, após dois anos de aprendizado, se tornou professor dos seus próprios colegas, através do método monitorial-mútuo de ensino (SILVA, 2011). Tempos depois, seguiu para Mariana, onde estudou Filosofia racional e moral com o professor e padre Manuel Joaquim Ribeiro (VEIGA, 1982). Ainda bem jovem, partiu para São Paulo e lá recebeu o subdiaconato, impulsionando-o a complementar os estudos eclesiásticos. Não desistindo da vontade de tornar-se padre, o que a pouca idade lhe impossibilitava, decide-se viajar para Portugal e continuar seus estudos com a intenção de doutorar-se. Dessa maneira, no fim do século XVIII, mais precisamente em 1797, com 19 anos, Viegas de Menezes viaja para Coimbra. A viagem durou cento e onze dias, o que lhe custou incômodo e doenças.

Concluiu seus estudos por volta de 1800 (VEIGA, 1982, p. 630) e ordenou-se padre. Na capital Lisboa, fizera algumas amizades e, dentre elas, a mais destacada foi com o também mineiro José Mariano da Conceição Veloso (BOSCHI, 2006), primo de Joaquim José da Silva Xavier. Frei Veloso, que também era botânico, nesta época estava à frente da *Régia Oficina Tipográfica, calcográfica, tipoplástica e literária do Arco do Cego*, principal órgão tipográfico da metrópole portuguesa na época.

A partir dessa amizade e convivência d'além mar, Viegas de Menezes teve tempo e oportunidade “para adquirir certos conhecimentos teóricos e práticos da arte de gravar e dos múltiplos trabalhos e complexo mecanismo de um estabelecimento tipográfico” (VEIGA, 1982, p. 630). Nas horas vagas, buscava

se aprofundar nos estudos das línguas e dedicava-se à leitura, o que lhe aguçava o interesse e a necessidade de fazer algumas traduções para obter um conhecimento mais completo.

Na prática, Viegas de Menezes traduziu e imprimiu, na tipografia do Arco do Cego, o “Tratado da gravura a água-forte e a burril e em madeira negra, com o modo de construir as prensas modernas e de imprimir em talho doce” (VEIGA, 1982, p. 630). Praticamente dois anos após ter concluído os estudos e de convivência e trabalho com frei Veloso, o que lhe rendeu profícuos aprendizados da arte tipográfica, Viegas de Menezes retorna ao Brasil. De volta, estabelece-se em Ouro Preto e dedica-se aos deveres sacerdotais e, nas horas de lazer, dedicava-se às artes plásticas, como a pintura a óleo, e aos trabalhos calcográficos, ou seja, a arte de gravar em cobre ou em qualquer metal.

Anos mais tarde, o padre foi o responsável pela primeira impressão e pela criação da primeira tipografia eminentemente mineira. Em 1807, Dr. Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcellos, pai do futuro estadista, jurista e redator mineiro Bernardo Pereira de Vasconcellos, compôs um canto em homenagem ao então governador da capitania mineira Pedro Maria Xavier de Ataíde e Melo (1803-1810), conde de Condeixa. O então governador, que também exercia o cargo de capitão-general, ou seja, comandante militar, não hesitou em ver tal homenagem impressa, com intuito de registrá-la para a posteridade. Recorre então ao padre Viegas de Menezes, em quem se somavam os conhecimentos necessários para a impressão da homenagem, pois, se mandasse para Portugal, iria demorar.

Dessa maneira, tendo pressa em ver a obra registrada numa impressão, o governador resolve pedir ajuda ao *douto* padre Viegas, que, num primeiro momento, aceita a tarefa com certas restrições, pois, nesta época, era proibido o uso de tipografias e impressões na América Portuguesa (VIEGAS, 1898).

Este procedimento poderia causar-lhe problemas com a Coroa. Desde 1747, uma carta régia proibia e informava as severas penas aplicáveis àqueles infratores que teimassem em imprimir em terras da América Portuguesa, intimidando aqueles que, por desobediência, transigissem tal lei (VEIGA, 1898).

Ao assumir inteiramente a responsabilidade, caso o padre viesse a sofrer alguma penalidade, o governador Pedro Maria acerta os detalhes da impressão, e Viegas de Menezes se põe a trabalhar na encomenda do vaidoso governador das Minas. Aplinou, poliu e abriu cerca de onze chapas de metal (VEIGA, 1898) e, com cerca de três meses de trabalho, o padre concluiu a tarefa, que foi o marco inaugural para a prática tipográfica nas Minas, como pode ser visto na reprodução iconográfica abaixo.



Retratos do governador da Capitania de Minas Gerais e da Viscondessa

Fonte: Arquivo Público Mineiro. SIA/APM.

Descortinava-se, assim, nas Minas, uma nova prática artística e cultural. No entanto, a tipografia ainda estava por ser construída. O empreendimento foi possível graças, mais uma vez, aos laços de amizade de Viegas de Menezes. Ao retornar de Portugal, e após se estabelecer na capital da então capitania, o padre conheceu um chapeleiro e sirgheiro português, também morador de Ouro Preto, chamado Manoel José Barbosa Pimenta e Sal. Era um curioso sobre os estudos mecânicos. Possuía um dicionário em francês de Ciências e Artes, porém não o conseguia ler por falta de conhecimento em tal língua, mas, movido pela curiosidade que o aguçava, vivia então a folhear as páginas ilustradas, tentando imitar seus modelos (VEIGA, 1898).

A partir do contato com o padre Viegas, recorre aos seus conhecimentos vernáculos e lhe pede instrução. O mesmo se dedicou à tradução da obra que, dentre outros ensinamentos, trazia as técnicas para a criação de uma tipografia (VEIGA, 1898). Com dificuldades em relação à montagem, o mecânico amador se pôs a trabalhar construindo o prelo e as matrizes dos *typos* sob orientação do padre Viegas. De acordo com José Pedro Xavier da Veiga, a tipografia “Patrícia de Barbosa & Cia.” (VEIGA, 1898, p. 182) ficou pronta no final de 1821, coincidentemente, no mesmo ano em que foi concedida a liberdade

de imprensa ao Brasil. O autor salienta, no entanto, que a tipografia só passou a funcionar a partir de abril de 1822, data da licença concedida pelo Governo.

Neste intervalo de tempo, mais precisamente dois meses antes, surge, também na capital mineira, outra tipografia, denominada de “provincial” (VEIGA, 1898, p. 182), esta de cunho oficial e financiada pelas autoridades régias. Com o objetivo de “prestar expediente ao [...] Governo, e ao público” (VEIGA, 1898, p. 184), representantes do Governo provisório expediram ofícios ao Governo na Corte com o objetivo de implementar a então “minúscula typographia provincial, que aliás se denominava pomposamente – nacional” (VEIGA, 1898, p. 184). A tipografia “provincial” fora trazida da Corte (VEIGA, 1898) no lombo de burros e seu funcionamento não foi tarefa fácil, pois dever-se-ia investir significativos valores para sua manutenção. Assim recorre-se à Fazenda Pública, com o objetivo de sanar essa dificuldade.

Esta, por sua vez, reconhece a necessidade em ajudar no funcionamento da tipografia e lhe oferece, inicialmente, dez resmas de papel branco, que era importado, bem como ordena o pagamento de “seis contos mil reis” ao Capitão João Teixeira Soares para dispor na tipografia, mediante o recebimento da metade dos rendimentos líquidos anuais, que deveriam ser remetidos para o cofre da Fazenda. A ajuda deveria ser constante, pois existia um plano audacioso referente à manutenção e ao funcionamento da tipografia oficial. De acordo com Xavier da Veiga, o Governo mineiro tinha a intenção de utilizar a tipografia para imprimir um “órgão”, leia-se periódico, denominado de *O Minas Gerais*.

De acordo com as pretensões, este seria um órgão oficial do Governo; e deveriam circular cerca de seis mil exemplares (VEIGA, 1898). Em março de 1822, o encarregado pela tipografia, o deputado do Governo provisional, Luiz Maria da Silva Pinto, expediu um ofício destinado ao Governo provincial pedindo auxílios financeiros: “recursos indispensáveis para que o estabelecimento venha corresponder aos fins para que fôra destinado” (VEIGA, 1898, p. 185).

Neste ofício, foram solicitados cerca de seiscentos ou oitocentos mil réis, para a manutenção da máquina, pagamento dos operários, tais como o *director-machinista*, compositores e *redactor*, além da compra de artigos no Rio de Janeiro, como o papel, por exemplo, prometendo remeter aos cofres públicos a metade dos rendimentos anuais. Tal projeto não vingou, e a publicação do periódico não se cumpriu. Xavier da Veiga suspeita que o insucesso do projeto e da publicação foi devido ao receio com os enormes encargos. A tipografia seguia então prestando serviços ao Governo local e a particulares (VEIGA, 1898). No entanto, em abril de 1822, em consequência da visita de D. Pedro I a Minas, a tipografia imprimiu cerca de quinhentos exemplares da “Falla que

S. A R. fez ao Povo e Tropa desta província” (VEIGA, 1898, p. 186). E o fez circular pela província. Este impresso pode ser considerado o primeiro manifesto político, mesmo que oficial, impresso nas Minas.

Seu teor demonstra o objetivo da viagem do Príncipe Regente às Gerais, qual seja o de alinhar adesão política frente às pressões políticas do Porto. Assim, percebe-se que a tipografia “oficial” teve papel de destaque nos desdobramentos precedentes à Independência e nas discussões suscitadas em Minas *a posteriori*.

A VIAGEM DO PRÍNCIPE REGENTE E AS PRIMEIRAS LETRAS IMPRESSAS...

O Príncipe Regente veio a Minas Gerais com o objetivo de selar o apoio dos mineiros à causa da Independência. Por algum tempo, acreditou-se na hegemonia das opiniões do povo das Minas em relação ao apoio incondicional ao Príncipe Regente. Porém, novas pesquisas têm apontado para o clima de instabilidade, dicotomia de ideias e posicionamentos políticos nas Minas (SILVA, 2007).

Como reflexo direto da Revolução do Porto, e a fim de jurar as bases constitucionais lusas, as províncias brasileiras deveriam formar juntas provisórias de Governo e enviar seus representantes às Cortes de Lisboa. Para Wlamir Silva,

A Revolução do Porto, no ano de 1820, trouxe o liberalismo e suas possibilidades para o pólo americano do “Grande Império”. O Constitucionalismo tornou-se uma opção real para a elite mineira. A face recolonizadora das Cortes de Lisboa tornava mais intrincada a prática do liberalismo. De toda forma, conviviam a afirmação do constitucionalismo e a opção monárquica: constituição e autonomia (SILVA, 2002, p. 74).

Um clima de polarização política entre aqueles que apoiavam a autonomia pedrina e os que se queriam constitucionais tomou conta da província mineira, que viveu dias de agitação política e pública, no final de 1821 e início do ano seguinte.

Do Porto, provinham as determinações de se criarem Juntas de Governo Provisório nas províncias brasileiras. Dessa maneira, assiste-se em Minas à resistência por parte do governador Manuel de Portugal e Castro em constituir um novo Governo, buscando apoio nas autoridades originárias do Antigo Regime para não alterar a estrutura política na província (SILVA, 2002).

Joaquim Felício dos Santos descreve o clima de animosidade pública na capital mineira. Segundo o autor, alguns oficiais do Regimento da Cavalaria foram os primeiros a começar uma insurreição contra o governador. Interrogados pelo motivo de intenção amotinadora e sediciosa, responderam que

queriam promover o estabelecimento de um Governo provisório, “como era vontade geral e a exemplo do que se passava nas demais capitâneas do Brasil” (SANTOS, 1978, p. 362).

Em seguida, e com o objetivo velado de consultar as opiniões da “Boa Sociedade”, o então governador mandou convocar uma comissão composta pelas autoridades militares e civis, juntamente com as principais pessoas da capital e da comarca. Estas decidiriam sobre a implantação ou não de um governo provisório em Minas. A maioria era composta por funcionários públicos cooptados pelo governador, e decide pela segunda opção que, imediatamente e através de ofício, foi comunicada ao Príncipe Regente. Verifica-se, prontamente, a reação dos partidários do governador quando os mesmos saíram às ruas em comemoração à decisão em não estabelecer um Governo provisório.

A comoção durou um dia inteiro, pois, de acordo com Felício dos Santos, saíram gritando “vivas ao Governador” e à noite iluminaram suas casas como demonstração de satisfação, ao mesmo tempo em que insultavam os constitucionais e,

Como se não bastasse o burlesco, ajuntaram também a profanação: essa turba desenfreada ia cantando orações religiosas pelas ruas e praças públicas; pediam-se e rezavam-se, ou antes gritavam padre-nossos e salve-rainhas pela vida do Governador! Tal é o embrutecimento a que leva a escravidão! (SANTOS, 1978, p. 363).

Automaticamente, com objetivo de estabelecer uma forma de poder próximo às aspirações constitucionais e, ao mesmo tempo, afastar velhos representantes do Antigo Regime das decisões políticas, D. Pedro endossa a instalação de um Governo provisório em Minas, marcando as eleições para primeiro de outubro daquele ano. Porém, a decisão do Príncipe Regente alimentou novas manifestações públicas contrárias aos constitucionais, denominados, pejorativamente, pelos “absolutistas” de “provisórios” (SANTOS, 1978, p. 362).

Contrários a um novo Governo nas Minas, os absolutistas se puseram a gritar e cantar frases do hino constitucional, utilizando-se de paródias, onde se ouvia, no lugar de “lusa constituição, a louca constituição” (SANTOS, 1978, p. 364). Em contrapartida, os constitucionalistas, também chamados de liberais, pediram providências ao governador, pois se sentiam ameaçados perante as indignações e manifestações de afrontas públicas. Por simples formalidade, o governador “ordenou que algumas patrulhas percorressem as ruas para restabelecer o sossego. Mas à noite continuaram os mesmos insultos à vista das

patrulhas, que sofriam por terem recebido ordem de conservarem-se inertes” (SANTOS, 1978, p. 364). Politicamente, a instalação de governos provisórios nas capitais das províncias brasileiras representava a adesão destas ao Movimento Constitucionalista. Nessa perspectiva de adesão, em algumas províncias, como foi o caso do Pará, seguida pela Bahia, Pernambuco e Maranhão, formaram governos provisórios, onde “a fidelidade a Portugal implicaria um desapareço ou um reconhecimento puramente formal do príncipe, após abril de 1821” (SILVA, 2005, p. 366).

Antes, no entanto, dever-se-iam convocar as eleições, a fim de constituir o “corpo” de deputados mineiros com destino a Lisboa. As mesmas foram realizadas entre os dias 17 e 19 de setembro de 1821, quando os eleitores das comarcas elegeram os treze deputados por Minas. Um dia antes do início desta eleição, chegou a Ouro Preto, vindo do Rio de Janeiro, o Sargento-Mor José Maria Pinto Peixoto, com a incumbência de promover, de fato, a instalação do novo Governo.

Esperou que se procedessem às eleições da deputação com destino a Portugal, para então antecipar as eleições para o novo Governo, pois temia que os “amigos do Governador a fortificarem-se e urdirem tramas ocultamente com que se inutilizassem as vistas dos liberais” (SANTOS, 1978, p. 366). No dia em que as eleições terminaram, Pinto Peixoto começa a agir. Portugal e Castro estava na companhia de seus funcionários e demais pessoas que o apoiavam, assistindo a uma peça no teatro, enquanto o Sargento-Mor reunia as praças, ou seja, as tropas do Regimento de Linha e, às quatro horas da manhã, as praças se encontravam reunidas no Largo do Palácio (SANTOS, 1978).

Uma hora depois, de acordo com Joaquim Felício dos Santos, os eleitores foram despertados e convidados a se apresentarem na Câmara, com o objetivo de procederem à nomeação do Governo provisório. Desconfiados ficaram os eleitores com o envolvimento das tropas neste episódio, pois, por ocasião do recebimento do ofício de D. Pedro, no início do mês, ao exigirem que se estabelecesse um novo Governo nas Minas, os habitantes da capital testemunharam a circulação de pasquins, bem como a exposição de cartazes insultantes em lugares públicos. Diziam estar o povo e a tropa ora de acordo com o Governo provisório, ora ao lado do governador. Logo, a má impressão foi posta de lado e

pelas nove horas da manhã reuniram-se na Casa da Câmara todos os eleitores das comarcas, os vereadores e os homens bons da vila, a quem competia nomear os Deputados do Governo Provisório, não se podendo esperar a chegada dos Procuradores das mais Câmaras da capitania (SANTOS, 1978, p. 368).

O processo de eleição foi lento e demorado, terminando às nove horas da noite, e parecia que o tempo representava bem o clima de tensão, pois a capital estava encoberta por nevoeiro, onde uma fria e abundante neblina compunha o cenário do dia 20 de setembro de 1821 (SANTOS, 1978). Apresentaram-se como candidatos à Presidência do Governo o governador Portugal e Castro e o Bispo Dom Frei José da Santíssima Trindade, elegendo-se o primeiro, que, inclusive, ocupava o cargo de governador há sete anos, desde 1814. Em seguida, discutiu-se sobre o número de deputados que deveria compor o Governo Provisório, sendo a maioria contrária a Portugal e Castro. Chegaram ao consenso de dez deputados.

Em seguida, José Maria Pinto Peixoto foi aclamado governador das Armas da província de Minas Gerais. No primeiro dia de trabalho, os representantes do novo Governo se reuniram para tratar das atribuições conferidas ao Governo e decidiram que seria deliberativo e executivo, simultaneamente.

Deveriam obedecer às bases da Constituição e, por seu turno, às Cortes. Os avisos e as ordens de Dom Pedro teriam validade “somente quando entendesse que eram a bem da província: senão, não” (SANTOS, 1978, p. 368). Wlamir Silva chama a atenção para o fato de que a autonomia em relação a Dom Pedro se deu em um momento quando os liberais, maioria no Governo mineiro, não tinham por que desconfiar das Cortes Portuguesas, pois “a busca de um caminho autônomo na conjuntura da Independência alimentou um movimento dos liberais envolvidos na criação do Governo Provisório” (SILVA, 2002, p. 74).

D. Manuel de Portugal e Castro ocupava o cargo de governador das Minas desde 1814, o que revela a intenção em manter-se no poder (SILVA, 2005, p. 524). Persistência esta que lhe custou forte oposição liberal, inclusive a do próprio vice-presidente, José Teixeira da Fonseca e Vasconcelos, Visconde de Caeté, que assume o Governo quando do pedido de demissão de D. Manuel de Portugal e Castro dias após a eleição. De acordo com Francisco Iglésias, “a ação dedicada de alguns mineiros que moram no Rio e formam nas fileiras chamadas patrióticas, traduzindo-se em luta contra a tendência recolonizadora de certos grupos, [...] é notável e vai refletir-se em Minas” (IGLÉSIAS, 2004, p. 384-385).

Iglésias chama a atenção para a organização de clubes favoráveis à emancipação política do Brasil, como foi o caso do Clube da Rua da Ajuda, denominado posteriormente de Clube da Independência. Este era liderado por José Joaquim da Rocha, que, inclusive, enviou emissários para São Paulo e Minas Gerais, com o objetivo de pedir apoio das Câmaras a D. Pedro. Para Minas, veio o tenente Paulo Barbosa da Silva. Chega a dezembro de 1821, “encontrando a situação ainda tensa das eleições de setembro” (2004, p. 385), o enviado

ao longo de sua viagem recebe pronunciamentos de algumas câmaras como Queluz, Sabará, Vila Rica, Caeté e São João del-Rei.

Neste mesmo momento, ou seja, ainda no mês de janeiro de 1822, o vice-presidente em exercício viaja para o Rio de Janeiro, lá permanecendo por um longo período. Em seguida, um clima de rebelião, “com veleidades separatistas: nada de subordinação a Lisboa ou ao Rio” (IGLÉSIAS, 2004, p. 385), se instala na província mineira. Porém, antes da formação da Junta, as opiniões divergiam entre o apoio ao Príncipe Regente, ou seja, pela autonomia brasileira perante as Cortes e acerca da possibilidade de adesão do constitucionalismo luso.

Após a instalação do Governo provisório ou Juntas governativas, o que acenava para certa autonomia política (SOUZA, 1999), e por conta da ausência do presidente em exercício, o cerne das discussões se afunilava e inclinava-se, naquele momento, a uma não aceitação nem da Constituição e nem do próprio D. Pedro. José Maria Pinto Peixoto, juntamente com Cassiano Espiridião de Melo Matos, João José Lopes Mendes Ribeiro e Manuel Inácio de Melo Sousa, membros da Junta, lideraram a “frouxa” (SOUZA, 1999, p. 117) rebelião.

Os rebeldes demitiram magistrados e admitiram outros, chegando até mesmo a difundirem a ideia de uma “confederação de Estados Unidos independentes” com outras províncias brasileiras. De acordo com Iara Lis Carvalho Souza (1999), a situação era perigosa e estrategicamente D. Pedro decide viajar até Minas na tentativa de conseguir uma negociação política e não, simplesmente, selar a adesão, como quis a historiografia tradicional. De acordo com a autora, D. Pedro partira, com sua comitiva, a 25 de março em direção a Minas, seguindo o Caminho Real; e “D. Pedro foi alinhavando os contatos políticos e conseguindo a adesão dos lugares que visitava [...]. Foi bem recebido em Barbacena e em São João del-Rei, antes de chegar a Vila Rica” (SOUZA, 1999, p. 385). Porém, não se pode estender esta receptividade à capital das Gerais, pois dever-se-ia aguardar o seu reconhecimento como Príncipe Regente e, de maneira cautelosa, sem causar mais indisposições, aguardou o pronunciamento do Governo Provisório, ao mesmo tempo em que mandou prender Pinto Peixoto.

O tão esperado dia chegou e, a 9 de abril de 1822, D. Pedro é recebido na Câmara de Vila Rica, permanecendo na capital por cerca de doze dias (SOUZA, 1999), exercendo o Governo mineiro por este tempo, fato pouco conhecido e discutido pela historiografia mineira referente ao período. Seu primeiro ato foi dissolver a Junta, convocando nova eleição com o propósito de se formar uma segunda Junta de Governo.

A segunda Junta foi composta por sete membros, estando novamente à frente D. Manuel de Portugal e Castro, que toma posse no mês de julho e, tempo depois, se afasta, “em 13 de outubro de 1822, por não lhe parecer conciliável o posto e suas ligações com Portugal” (SOUZA, 1999, p. 387). No período em que esteve em Minas, D. Pedro se utiliza do principal meio de comunicação, para se aproximar e registrar sua “fala” perante os mineiros. Manda imprimir, na tipografia “provincial”, um documento em que buscava selar as relações políticas entre sua *persona* e a província de Minas.

No discurso, salta aos olhos a menção à constituição e, para Souza, fazer referência ou falar do vínculo constitucional era uma forma de acordar um contrato social, pois, nas palavras da autora, “nascia aí um pacto que aliava o governante e o governado, mediando-os pela constituição, ou seja, um conjunto de leis que regravam e regulavam o universo social” (1999, p. 246-247). Assim o Príncipe Regente se dirigiu aos mineiros (VEIGA, 1898, p. 187):

Briosos Mineiros, os ferros do Despotismo começados a quebrar no dia 24 de Agosto, no Porto, rebentarão hoje nesta Província, sois livres. Sois constitucionaes. Uni-vos comigo e marchareis constitucionalmente. Confio tudo em vós: confiai todos em mim. Não vos deixeis illudir por essas cabeças que só buscam ruína da Vossa Província e da nação em geral,

Viva El-Rey constitucional!

Viva a Religião!

Viva a Constituição!

Vivão todos que forem honrrados!

Viva os Mineiros em geral!

Por meio das contingências políticas, a tipografia do Governo das Minas acabou por desempenhar um papel de articulação condescendente às pretensões pedrinhas no contexto da Independência em Minas Gerais. Foi através de seus *typos* que veio à luz um manifesto, cujo teor foi o resultado das negociações políticas entre as elites políticas mineiras e D. Pedro. Seu teor servirá de repertório para os redatores dos periódicos mineiros, que não cessarão de discutir o tema “constituição” e seu papel na construção do Estado e da Nação, ao longo de suas páginas impressas, durante o Primeiro Reinado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pouco tempo depois da independência, no final de 1823, é criado e passa a circular o primeiro periódico da província mineira, denominado de *Compilador Mineiro*, encerrando suas atividades meses depois, no início de 1824. Geralmente, durante uma pesquisa, sente-se a necessidade de demarcar um ponto de origem daquilo que elegemos como objeto de estudo, daí pensar a imprensa mineira oitocentista a partir dessa baliza, ou seja, do surgimento do *Compilador Mineiro*. Durante os tempos em que estes caminhos foram percorridos, sentiu-se a necessidade de entender a antessala da imprensa periódica mineira. Dessa maneira, buscou-se refazer os itinerários por onde as notícias zigzagueavam, na tentativa de perceber a existência de uma dinâmica no que diz respeito à comunicação e suas ramificações a partir do Rio de Janeiro, com destino a Minas Gerais e vice-versa.

Da mesma forma, fontes inéditas, como o abaixo-assinado do Arrarial do Tejuco, apontam para uma preocupação eminente em se estabelecer uma tipografia na capital mineira para então se criarem os periódicos, sinônimos de civilização naquele tempo. As tensões políticas suscitadas no contexto da independência foram significativas para uma embrionária história da tipografia e das impressões em Minas antes do aparecimento do primeiro periódico.

Assim, pensar os periódicos como objetos de investigação requer certa cautela: a de perceber a dinâmica social e temporal em que suas páginas circulavam e o que nelas se imprimia dessa dinâmica, que não pode ficar, historicamente, fora de sua conjuntura, ou seja, os periódicos devem ser sempre pensados nas inserções e relações que vão do texto ao contexto.

REFERÊNCIAS:

BOSCHI, Caio César. Política e edição: os naturais do Brasil nas reformistas oficinas do Arco do Cego. In: DUTRA, Eliana de Freitas; MOLLIER, Jean-Yves. **Política, nação e edição. O lugar dos impressos na construção da vida política. Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII – XX.** São Paulo: Annablume, 2006.

IGLÉSIAS, Francisco. Minas Gerais. In: HOLLANDA, Sérgio Buarque de. **O Brasil Monárquico: dispersão e unidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, p. 384-385.

LENHARO, Alcir. **As tropas da moderação.** Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1993.

LOVE, Joseph L.; BARICKMAN, Bert. J. Elites regionais. In: HEINZ, Flávio. **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: FVG, 2006.

MOREL, Marco. **As transformações dos espaços públicos**: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial, 1820-1840. São Paulo: Hucitec, 2005.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. **Corcundas e constitucionais**: a cultura política da independência (1820-1822). Rio de Janeiro: Revan, 2003.

RODARTE, Mario Marcos. **O caso das Minas que não se esgotam**: a pertinência do antigo núcleo central minerador na expansão da malha urbana da Minas Gerais oitocentista, Belo Horizonte, UFMG/CEDEPLAR, 1999, (Dissertação de Mestrado em Economia).

RUGENDAS, João Maurício. **Viagem pitoresca ao redor do Brasil**. 8. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979.

SANTOS, Joaquim Felício dos. **Memórias do Distrito Diamantino**. Petrópolis: Vozes, 1978.

SILVA, Ana Rosa Clolet da. (Re)inventando a monarquia: o modelo de estado dinástico na transição para a modernidade política mineira (1821-1831). In: GONÇALVES, Andréa Lisly; ARAÚJO, Valdeci Lopes de. **Estado, região e sociedade**: contribuições sobre história social e política. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2007.

_____. Identidades políticas e a emergência do novo estado nacional: o caso mineiro. In: JANCSÓ, István (Org.). **Independência**: história e historiografia. São Paulo: Hucitec, 2005.

SILVA, Rodrigo Fialho. O Tom e o traço: apontamentos historiográficos sobre a imprensa no Brasil e em Minas, na primeira metade do século XIX. **Escritas** Vol. 7, n.1, p. 18-43, 2015.

_____. Disfarces públicos e desafetos privados: a cultura política do anonimato na imprensa mineira oitocentista (1823-1831). **Mal-Estar e Sociedade** - Ano VI - n. 11 - Barbacena - julho/dezembro 2013 - p. 101-116.

_____. **Nas Minas... por entre "typos", jornais e tintas**: sociabilidade impressa e debate político na província das Gerais (1823-1831). Rio de Janeiro: PPGH/UERJ, 2011, (Tese de Doutorado em História).

SILVA, Wlamir. **"Liberais e Povo"**: a construção da hegemonia liberal-moderada na Província de Minas Gerais (1830-1834). Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 2002, (Tese de Doutorado em História).

SOUZA, Iara Lis Carvalho. **Pátria coroada**: o Brasil como corpo político autônomo 1780-1831. São Paulo: Unesp, 1999.

VALADARES, Maria Virgínia Trindade. **Elites mineiras setecentistas**: conjugação de dois mundos. Lisboa: Colibri, 2000.

VEIGA, José Pedro Xavier da. A imprensa de Minas Gerais (1807-1897). **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Ouro Preto, ano 3, jan./mar. 1898.

_____. O fundador da imprensa mineira: Padre José Joaquim Viegas de Menezes. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Ouro Preto, v. 3, p. 240-249, jan./mar., 1898.

_____. **Efemérides mineiras**: 1664-1897. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1982.

VENÂNCIO, Renato Pinto. Caminho Novo: a longa duração. **Varia História**. Número especial. Códice Costa Matoso, Belo Horizonte: FFCH/UFMG, n. 21, jul. p. 181-189, 1999, p. 182.